

Remoções em Foco: Políticas Públicas para as Favelas Cariocas em Tempo de Megaeventos

NUNES, M. J.¹

Resumo

O texto abaixo pretende enfocar duas das principais políticas públicas voltadas para as favelas praticadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro no momento. O recorte procurou acompanhar aquelas que têm efeitos concretos e diretos sobre o território, implicando ações de desdobramento físico, imediato nos territórios em que se aplicam. Trata-se do programa Morar Carioca e da política de remoção de moradores de várias áreas da cidade, transferindo-os para localizações distantes de onde habitam e constroem as redes de solidariedade que suportam seu difícil cotidiano. A partir de informações recolhidas na mídia e em relatórios sobre as remoções provocadas pela realização dos megaeventos, pretende-se explicitar a situação das populações vulneráveis e questionar os limites éticos entre planejamento e direitos humanos, necessários para que se estabeleça linhas divisórias entre a obediência de metas definidas em função de eventos previstos para cidade e a real necessidade de seus moradores e cidadãos.

Palavras- chave: remoções; megaeventos; favelas cariocas

¹ Maria Julieta Nunes. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR.

Introdução:

Repassando as intervenções governamentais em favelas no Rio de Janeiro a partir dos anos 2.000, muito se pode notar de novo, mas também permanências do velho. Basta recordar os marcos da política pública sobre a favela durante o último governo do Prefeito César Maia, em linha de continuidade com o que precedeu, quando este mandato estava no auge de sua potência.

A política para as favelas girava em torno do Programa Favela-Bairro, que apoiado em estratégia midiática, marco do estilo deste Prefeito, alcançou grande sucesso nacional e internacional. Tratava-se de uma intervenção notadamente 'físico-urbanística', conduzida por profissionais desse ofício, considerando que o 'urbanístico' incorpora, necessariamente, o componente 'social'. Desse modo, não há como negar que as preocupações com o 'social' estavam presentes, embora de modo bem diferente do que a experiência de ações sobre as favelas desta cidade em décadas anterioresⁱ. É indiscutível que o Programa Favela Bairro muito avançou no sentido da dicotomia que acompanhou as políticas públicas para a favela desde sempre: 'urbanizar' ou 'remover', pendendo para a primeira. Sob a era 'Favela Bairro' não se ouviu falar em remoção, ao menos no atual sentido de deslocar pessoas para locais distantes.

Convém, pois, recuar um pouco mais no tempo. O banimento do termo 'remoção' da linguagem corrente do planejamento urbano data do fim da ditadura, ainda em fins dos anos 70. Dos anos 80 até fins dos anos 90, este termo coube apenas a porta-vozes de setores políticos muito conservadores, que alegavam a falta de legitimidade de pobres terem acessado à terra urbana sem contrapartida financeiraⁱⁱ, tendo em vista que ao resto da população caberia 'pagar' por esta opção. Nos documentos, encontros, na mídia, nos círculos reunindo especialistas e políticos considerados 'sérios', este termo não era pronunciado. Numa velocidade que surpreendeu aqueles que viveram os fins dos anos 90, o mesmo Prefeito Cesar Maia 'dessacraliza' o termo e o faz renascer em toda sua potência, anunciando o que adviria em futuro próximo. Diz-se que as palavras têm força, de fato a partir de então, a remoção é retomada e ressignificada como 'política social'.

Parte desta ressignificação consiste na convivência pacífica com sua antítese – a urbanização. Na nova política não há rivalidade entre ambas, pratica-se 'urbanização' e 'remoção' simultaneamente, sendo a remoção justificada como uma quase-contrapartida da primeira. Ocorre que a pauta de obrigações de gestão, geradas pela preparação físico-urbanística da cidade para os megaeventos programados para ocorrer nos próximos 5 anos, colocam compromissos que impõem alterações drásticas, muitas destas implicando a transferência de populações há muito radicadas em certos locais da cidade, algumas com o próprio consentimento de outras Prefeituras, e que se vêem na iminência de se transferirem para locais distantes.

Não são claros os números que envolvem as ações de remoção conduzidas pela Prefeitura neste momento. Pelas estimativas, nas cidades brasileiras que vão sediar megaeventos em todo o Brasil atingem cerca de 160 mil pessoas. Parte destas habitam locais não cobertos por reportagens da mídia e longe da população 'formadora de opinião'. Não obstante, as populações têm se manifestado como podem, buscando suas redes de solidariedade para engrossar e qualificar sua manifestação. Estes números são comparáveis às 139 mil pessoas envolvidas com ações de remoção praticadas durante o governo Carlos Lacerda,

quando esta política foi mais radical, ambicionando a meta de ‘erradicar’ as favelas da cidade.

Independente do debate sobre a pertinência desta política, a existência de alternativas, seu custo social ou indagações de horizonte mais largo, tais como de quem deveria ser o custo ou quem ganha e quem perde com os eventos que justificam esta política, cabe se perguntar como foi possível em tão pouco tempo, uma mudança discursiva (com rebatimentos reais) tão grande a ponto da memória se perder?

Adiantamos algumas hipóteses para responder estas indagações. Em primeiro lugar, não se pode desprezar a idéia da potência do ‘discurso qualificado’: não se trata mais de unilateralidade, de ‘querer que o pobre exploda’, de estar posicionado claramente em um dos lados da equação urbanização-remoção. A intervenção diferenciada que junta opostos, ‘urbanizar quando deve’, ‘remover quando é preciso’, assenta-se sobre um ‘discurso competente’, de quem demonstra conhecer a realidade sobre a qual está falando e sensatez quando ‘separa o joio do trigo’.

O discurso técnico competente consiste na mais importante arma para formação de consenso que torna possível intervenções tão surpreendentes, e ganha especial reforço quando vinculada à política vitoriosa de retomada do controle sobre a segurança pública – sempre associada aos ganhos financeiros, especialmente os imobiliários, que são ‘de todos’, atingindo diretamente os numerosos moradores das áreas limítrofes às de implantação das UPPs. Temos aí uma Prefeitura que não apenas ‘vende’ um discurso, mas que pratica políticas com efetivo efeito sobre o cotidiano da cidade.

O discurso competente combina a ‘pacificação’ das UPPs ao ‘Morar Carioca’ para se qualificar, assumindo um grau de adesão pouco visto em outros momentos da histórica da cidade.

Em segundo lugar, destaca-se o fator ‘urgência’. Na política de remoção de moradores, o argumento da urgência é levantado em diversas ocasiões, seja pelos riscos de deslizamento de áreas de encostas, quase nunca coincidentes com as áreas de ocorrência de deslizamentos reais, seja pelas datas de realização dos megaeventos. A urgência é apresentada como um determinante ‘irrevogável’, ‘improrrogável’ e ‘imprescindível’ para que a ‘cidade’ siga na sua gestão competente. Impondo um tempo limite para que ‘as coisas aconteçam’, medidas sejam tomadas, antes que o pior aconteça, a urgência justifica a suspensão de procedimentos de médio prazo como o ‘planejamento’ (urbano e ambiental) ou mesmo a consulta popular, impondo um tempo de decisão incompatível com o exame racional (no sentido social) das consequências. No regime de urgência, vale também a suspensão da lei, da norma, pois, afinal trata-se de ‘salvar vidas’ e estes objetivos humanistas ultrapassam qualquer procedimento técnico de mais largo prazo. Os prazos impostos pela agenda dos megaeventos têm auxiliado na construção de justificativas para a ‘urgência’, que para além das ações remoções, tem permitido a abolição de normas e regulações pactuadas e instituídas em forma de leis municipais, em favor de acordos envolvendo um número bem mais reduzido de ‘tomadores de decisão’.

A velocidade dos acontecimentos, proporcional à vontade política dos governantes, premidos pelos prazos e metas baseados em pautas que transcendem em escala e teor os interesses de moradores da cidade, não deixa margem para se estabelecer um debate consequente sobre a condução das políticas públicas nessa fundamental área da vida social. Resta aos moradores, assim como toda a sociedade, o papel de meros espectadores dos acontecimentos noticiados pela imprensa, torcendo para que não impliquem em drásticas consequências para suas vidas particulares.

Por último, a ampla adesão social alcançada em torno a um projeto único e salvador - como a realização de megaeventos programados para a cidade, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, além do Rio + 20 - como já explicitou principalmente Vainer (2001) em texto clássico, que acrescenta a promessa de oferecer muitos prazeres compartilhados e divertimentos no sentido da vida coletiva, tem muito apelo popular. Afinal, quem não deseja Copa do Mundo e Olimpíadas? Só 'os mal resolvidos'.

Um primeiro debate, caro a este Encontro e com base no exemplo das políticas governamentais para a favela, consiste em questionar se o que o poder público tem praticado como política pública nas favelas, pode ser considerado como 'gestão da favela' ou simplesmente 'ações sobre a favela'. O que diferencia a 'gestão'(como ação organizada) da administração ?

Vários fatores parecem demonstrar que, no atual governo, surge uma 'gestão de favelas' com hipóteses em vários motivos que passo a elencar. Em primeiro lugar, o surgimento de uma agenda 'transcendente', que inclui metas e prazos estabelecidos por interesses supostamente consensuais, com poder de ultrapassar os obstáculos que as políticas públicas normalmente tem que lidar. Em segundo lugar, um volume de recursos grandioso, garantido até 2016, permitindo a ampliação do escopo das intervenções, tanto em número de favelas atendidas, como na qualidade das intervenções. Em terceiro lugar, um alinhamento entre as autoridades competentes na 'gestão', e de certa forma, a redução ou mesmo subtração do debate político, de forma a permitir que as ações estabeleçam num clima de maior 'racionalidade' administrativa.

Com um tal delineamento, parece óbvio que 'ouvir a sociedade' torna-se inviável, um obstáculo ao desempenho ótimo na execução dos 'projetos', que devem cumprir metas e prazos estabelecidos por um urbanismo que visa resultados muito além da necessidade das pessoas que aí habitam e constroem suas rotinas de vida.

O texto a seguir pretende focalizar duas das políticas públicas voltadas para as favelas praticadas na cidade do Rio de Janeiro no momento: o programa Morar Carioca e as remoções de favelas, atentando para que forma de gestão e planejamento envolvem no momento.

O Programa Morar Carioca:

Anunciado como nova versão do bem-sucedido programa Favela-Bairro, agora sob os auspícios de um governo de ampla coalizão e muito recurso, ao apresentar-se publicamente, o Programa Morar Carioca prometia a ambiciosa meta de até o ano 2020, a urbanização completa e definitiva de 100 % das favelas cariocas, contando para tanto, com recursos totais na ordem de R\$ 8 bilhões no horizonte de 2020, sendo R\$ 2 bilhões até 2012.

Vale recordar que em maio do ano de 2009, o Brasil saiu vitorioso na disputa da sede da Copa do Mundo de 2014 e em outubro do mesmo ano, assume também a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Estes adventos, e os recursos que alavancaram, provocaram

uma inversão na ordem das agendas: de colocação de resultados, passaram a dirigir todas as demandas de políticas públicas definidas desde então.

Em julho de 2010, houve o lançamento público do Programa Morar Carioca, apresentado como parte integrante do Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários e Informais - em que se apresentava como parte do *Plano de Legado Social e Urbano dos Jogos Olímpicos de 2016 até 2020*, na tentativa de associar-se aos eventos programados para a cidade e beneficiar-se dos recursos postos à disposição, pelo BIRD e pela Prefeitura do Rio. Na festividade de lançamento os objetivos mencionados foram, “além urbanização”, quatro outras linhas de atuação: conservação do espaço público, controle do crescimento das favelas, legislação urbanística (auxiliada pela instalação de Postos de Orientação Urbanística e Social - POUSOS) e o reassentamento de ‘moradores que se encontram em áreas de risco’. Em agosto de 2010 a Prefeitura anunciou o início das intervenções, sendo a primeira, após o lançamento oficial do Programa, as obras de urbanização nos Morros da Coroa (Santa Teresa) e São José Operário(Jacarepaguá).

Para além destes objetivos específicos, o vídeo de divulgação do *Morar Carioca*ⁱⁱⁱ permite perceber seus comprometimentos mais gerais. Logo na abertura, há referência aos eventos: Jogos Mundiais Militares em 2011; Rio + 20 - Desenvolvimento Sustentável, em 2012; Copa do Mundo em 2014; Jogos Olímpicos em 2016, claramente anunciados como fatos geradores. Em seguida coloca como desafios atuar em larga escala, no horizonte da totalidade das áreas faveladas da cidade, ultrapassando o Favela-Bairro e, como insiste em mencionar mais de uma vez, a previsão de reassentamentos obrigatórios, além do apelo para necessidade de construção de ‘gestão participativa’.

As primeiras favelas beneficiadas pelo Programa foram os morros da Coroa (Santa Teresa) e São José Operário (Jacarepaguá), ainda em agosto de 2010A priorização destas intervenções deveu-se à situação de risco de deslizamento, dado que neste ano a cidade (e região) foi atingida por fortes inundações, provocando acidentes ambientais dramáticos, em que foi intensamente cobrada providências por parte da Prefeitura. No bojo deste programa, "as favelas que estiverem em área de risco e não forem urbanizáveis serão removidas.", corrigindo os números anteriormente definidos em 4 mil famílias (08/01/2010) de remoções até 2012, para " 123 comunidades, onde vivem pelo menos 12.973 famílias em áreas de risco." (O Globo, 11/04/2010)

Em outubro de 2010 o Programa parece adquirir um novo contorno, mais estruturado, sendo assinado Convênio com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, para coordenação do processo de seleção de propostas de metodologias de intervenção em favelas, resultando no lançamento, em outubro do mesmo ano, do Edital para apresentação de propostas de idéias por escritórios de arquitetura e urbanismo da cidade.

Os termos do Edital e declarações na imprensa datadas da época, evidenciavam o modo criterioso que nortearia o programa a partir de então, em que se pretendia que as obras fossem “executadas de acordo com o porte e condição de cada comunidade”, divididas a partir de critérios de tamanho e tipologias baseada na qualidade do meio físico (plana; área de inundação etc) perspectivas de ocupação, urbanizáveis e não urbanizáveis, sendo estas últimas classificadas como tal a partir de diagnósticos de situação de risco ou inadequação ao uso residencial, “sendo as famílias cadastradas e reassentadas em unidades habitacionais produzidas pelo Programa Minha casa Minha Vida.” (Conheça o Programa site da SMH)

Cabe aqui a observação de que o Presidente do IAB à época (e ainda hoje) era o Secretário de Habitação do governo anterior e responsável pela estruturação do Programa Favela-Bairro, marcando assim a linha de continuidade entre estes programas, ambos de contorno

predominantemente físico-urbanístico, concebidos como ‘projeto’ por escritórios privados de arquitetura e urbanismo, com a seleção coordenada pelo IAB. A metodologia apresentada no Edital refere-se explicitamente a esta continuidade e mesmo ampliação do escopo do Programa, agora viabilizada em razão de sua integração aos programas sociais (leia-se recursos) associados aos Jogos Olímpicos. Esta associação é claramente explicitada seja no material pela Prefeitura na divulgação do programa, seja em noticiários veiculados na imprensa, como o título publicado em janeiro de 2011 “Segunda fase do Morar Carioca prioriza favelas perto de áreas olímpicas.” (Bastos, 2011)

A metodologia desta segunda fase do Morar Carioca sugeria técnicas de planejamento, a partir da divisão das áreas de favelas em ‘urbanizáveis’ e ‘não urbanizáveis’, as primeiras devendo ser implantado infraestrutura e saneamento básico, sendo que aquelas acima de 500 domicílios estão previstas áreas de lazer, ampliação da acessibilidade, regularização fundiária e urbanística e *desassentamento parcial*, significando este a retirada de moradias para dar lugar aos equipamentos propostos. Nas áreas classificadas como ‘não urbanizáveis’, “diagnosticadas pela Prefeitura como situação de risco ou inadequadas ao uso residencial”, serão reassentadas “em unidades habitacionais produzidas pelo Programa Minha casa, minha vida.”^{iv}

Entretanto, a construção do discurso da remoção como ação necessária, justa e eficaz aparece no próprio anúncio de início de operação do Programa, como foi noticiado pelo Jornal O Globo, em matéria que anunciava a seleção dos escritórios contemplados:

A idéia é encontrar soluções urbanísticas que ajudem a integrar as favelas à cidade formal, com abertura de ruas, construção de áreas de lazer e esporte, remoção de famílias de áreas de risco e melhorias habitacionais num espaço de 12,2 milhões de metros quadrados, o equivalente a 1.485 campos de futebol.

Participaram do processo de seleção 86 propostas dentre as quais foram selecionadas 40 equipes. As favelas selecionadas para intervenção foram distribuídas pelas equipes contempladas em forma de agrupamento, de modo que cada equipe deveria incumbir-se de um agrupamento destas. Entretanto, não obstante todo este preparatório, incluindo a celebração da seleção com entrega de premiação dos projetos que mais se destacaram e a distribuição das favelas pelas equipes, durante o mês de dezembro, os momentos subseqüentes não deram continuidade à programação anterior. O critério de seleção destas favelas demonstrou a associação aos megaeventos: esta que foi denominada “fase 2 do Morar Carioca” “vai concentrar seus trabalhos em comunidades localizadas num raio de quatro quilômetros das futuras instalações olímpicas nas zonas Sul, Norte e Oeste. Nessa etapa, serão urbanizadas 216 favelas, divididas em 91 grupos. Para projetar as intervenções, orçadas inicialmente em R\$ 2,6 bilhões e que atingirão 89.058 moradias, foram escolhidos 40 escritórios de arquitetura. Selecionados por concurso do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), os escritórios - que serão diplomados nesta sexta-feira pela prefeitura - começam a trabalhar em março.

De fato, a cobertura do Jornal Globo ao evento de anúncio desta segunda fase do Morar Carioca afirmava que

(...) vai concentrar seus trabalhos em comunidades localizadas num raio de quatro quilômetros das futuras instalações olímpicas nas zonas Sul, Norte e Oeste. Nessa etapa, serão urbanizadas 216 favelas, divididas em 91 grupos. Para projetar as intervenções, orçadas inicialmente em R\$ 2,6 bilhões e que atingirão 89.058 moradias, foram escolhidos 40 escritórios de arquitetura. Selecionados por concurso do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), os escritórios - que serão diplomados nesta sexta-feira pela prefeitura - começam a trabalhar em março.

Simultaneamente, logo em janeiro de 2011, a imprensa noticiava o lançamento do programa no Morro da Providência, ocasião em que o Prefeito Eduardo Paes afirmava a “importância da remoção de pessoas que vivem em áreas de risco”, afirmando que “18 mil famílias residem em locais propensos a desastres naturais.”, e que haveria mais 40 mil famílias vivendo em ‘risco moderado’ e outra 50 mil em locais de ‘poucas possibilidades de acidentes’. Anunciava intervenções na Providência, tais como a construção de um teleférico, um plano inclinado e 1061 unidades habitacionais para abrigar famílias relocadas. O secretário de Habitação Jorge Bittar mencionou, na ocasião, que além da Providência, receberiam obras incluídas no Morar Carioca as comunidades do Chapéu Mangueira, da Babilônia, da Pedreira, do Chapadão e do Turano. (O Globo, 16/01/2011), aludindo as intervenções incluídas na listagem do concurso do IAB como ‘a segunda fase do Morar Carioca’.

Entretanto, durante o ano de 2011, pouco se avançou com relação ao conjunto de favelas programadas e, até o momento, o Morar Carioca tem focado favelas casuisticamente, sem correspondência com a lista, enquanto urbanistas aguardam maiores definições sobre os destinos da programação definida com o IAB.

Na prática, as intervenções ocorridas desde então mostram afastamento da lista selecionada e clara priorização das favelas onde foram instaladas UPPs, onde se incluem as favelas da Providência, Alemão, Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme, assim como na Colônia Juliano Moreira, onde os recursos já viabilizaram a remoção de 219 famílias e prometem garantir o deslocamento de mais 119 no decorrer do 1º semestre do ano corrente.

Além de viabilizar remoções, as intervenções com recursos do Morar Carioca têm sido destinadas à concretização de projetos com forte visibilidade, vinculados aos megaeventos. Nos casos do Chapéu Mangueira e Babilônia, por exemplo, o programa está adquirindo o nome de ‘Morar Carioca Verde’, pois as duas estão sendo “apresentadas pela Prefeitura como modelos em práticas de sustentabilidade na Rio+20, a conferência internacional sobre o meio ambiente que será realizada em junho, 20 anos após a Rio 92.” Como ‘práticas de sustentabilidade’ adotadas nestes áreas destacam-se

a utilização de materiais alternativos que não impermeabilizam o solo, como piso drenante e microjardim, iluminação pública em LED, coleta seletiva de lixo e energia solar. Na construção dos prédios com apartamentos está prevista a utilização de estrutura metálica reciclada, tijolo ecológico, reuso das águas das chuvas e dos esgotos tratados, nos vasos sanitários e medidores individuais de água (07/02/2012).

Outra modalidade de apelo à ressonância midiática envolvendo a adoção do programa, consiste na implantação de Praças da Ciência, isto é, áreas de lazer dotadas de equipamentos com finalidade pedagógica de conteúdo científico, como rosa dos ventos etc.

Entretanto, mesmo estes trabalhos mais comprometidos pelos objetivos dos megaeventos do que pelo perfil social de necessidade dos moradores, não foram iniciados, ao menos de modo sistemático.

Nesse sentido procede a indagação da urbanista Ana Luisa Nobre^v: “Nove meses depois da publicação do artigo, e seis meses após a divulgação do resultado do concurso, em que estágio se encontra o Morar Carioca, definido pela Prefeitura e pelo IAB-RJ como “principal legado social da Olimpíada de 2016”? O que foi feito da seleção e da metodologia criteriosa definida pelo IAB em conjunto com a Prefeitura, que acabou cedendo lugar ao pontual e casuístico?

Consulta ao Morar carioca no *site* da SMH/Prefeitura do Rio de Janeiro, permite notar que muitas intervenções em curso em favelas da cidade enquadram-se neste programa. Entretanto, não há pistas para se entender porque se afastam das estabelecidas com o IAB e o que têm em comum, além de situarem-se no eixo de alcance espacial prioritário para os megaeventos programados para a cidade.

Remoções

O discurso governamental das remoções engrossa a partir dos anos 2000. No contexto de intensificação da violência nas áreas de favela e na cidade e de responsabilização das ‘favelas’ de um modo geral - e não apenas dos delinquentes ali amotinados - pelos elevados índices de violência em bairros de classe média, engrossa o discurso governamental da necessidade de contenção das favelas e, associadamente a esta, sua redução pela remoção de moradores. Neste momento, apelando para alegações de inspiração ambientalista, as propostas giravam em torno à instalação de eco-limites para limitar o crescimento, e da necessidade de retirada de moradores pelo risco de deslizamentos. Entretanto, naquele momento, o estranhamento de retorno dessa política adormecida desde os anos da ditadura, além do desgaste de fim da era César Maia, ainda não permitia o consenso necessário para sua efetivação.

Ainda em 2007, um estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) havia realizado comparação das dimensões de 219 favelas da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2002 e 2007. A pesquisa^{vi}, feita com imagens de satélite, constatou que 88 tinham tido crescimento no período, sendo que apenas 7 destas haviam reduzido seu tamanho, representando redução de somente 29,2 mil m².

Em depoimento para o Jornal O Globo datado de 08/05/2008, um ano após o início de seu mandato, o governador Sérgio Cabral Filho declarava especial preocupação com o crescimento de favelas. Pela reportagem, o governador teria convocado reunião com seus mais importantes colaboradores para dar início a uma política de contenção da expansão de favelas do Rio, solicitando que apresentassem idéias para evitar o crescimento das

'comunidades'. Durante as duas horas de reunião, os Secretários de Governo, Ambiente e o presidente da EMOP se comprometeram em enviar as diretrizes de um plano a respeito do assunto, nas semanas subsequentes. Nesta matéria o governador afirma que pretende instalar muros como eco-limites e monitorar expansão das comunidades, para o quê seriam adquiridos helicópteros, e monitoramento via satélite, e que a partir de então seria sua prioridade interromper o crescimento das comunidades em áreas florestadas, adiantando o tom que passaria a prevalecer daí em diante.

No calor da campanha eleitoral para prefeito da cidade, reportagem intitulada "Candidatos prometem fiscalização e Plano de Habitação para conter favelas" fala por si só das pressões exercidas por segmentos de eleitorado, como a sugerida pela Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca - ACIBARRA à então candidata Jandira Feghali, de transferir moradores das favelas para áreas rurais (02/09/2008), encaminhada, também, como proposta de emenda ao texto de revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro.

Não surpreende, então, que o novo Prefeito da cidade tenha assumido o poder com forte compromisso de conduzir uma política repressiva sobre a expansão das áreas mais carentes da cidade. Eduardo Paes assume em janeiro de 2009. É ano de muito esforço e investimento na imagem da cidade e da Prefeitura, que deve demonstrar competência para governar

Em 07 de dezembro do mesmo ano, o governo Paes lança seu Plano Estratégico do Governo, "16 anos após o último", fruto de uma consultoria internacional encomendada em maio do mesmo ano à empresa McKinsley & Company, contendo 46 metas de governo com base no horizonte temporal de 2012^{vii}. É clara a idéia primeira de dar visibilidade externa, como marcam os 37 programas formulados a partir de 10 áreas temáticas, torna-se clara na matéria do jornal O Globo cobrindo o evento de lançamento deste plano, onde se afirma que "(...) a Prefeitura quer começar a pavimentar o caminho para que o Rio alcance o que o prefeito chamou de "Visão Pós 2016": ser referência mundial em qualidade de vida e a melhor cidade para se viver no hemisfério sul" (05/12/09).

Dentre as Metas Olímpicas traçadas, era mencionada a previsão de redução em 3,5 % das áreas de favelas da cidade, avaliadas em 1,6 milhões de metros quadrados, o equivalente a 2 vezes a área ocupada pela Rocinha, maior favela do município. Foi divulgada à época uma listagem das áreas a serem removidas, que nas palavras do então Secretário de Habitação Jorge Bittar, foram contabilizados em 12.376 moradias. A verba prevista para implantação destas medidas somava 5,7 bilhões e os locais atingidos: Tabajaras, Sítio da Amizade – em Jacarapaguá, Sera do Sol, Favela Indiana, na Tijuca e área ocupada em APA, na favela Babilônia no Leme.

Em 08 de janeiro de 2010, o plano havia ganhado contorno mais definido. Matéria de "O Globo" datada deste dia, afirmava que pretendia-se a remoção integral de 119 favelas, e sua área se elevava para 2,34 milhões de metros quadrados isto é "área maior do que o bairro do Leblon" sendo três razões alegadas: por estarem em área de risco de deslizamento ou inundação, por estarem em área de proteção ambiental ou e áreas destinadas a logradouros públicos. Os espaços desocupados seriam "reflorestados ou urbanizados, com a construção de ciclovias etc." Alegava-se como motivações a estas remoções as famílias que vivem em áreas de risco e insalubres. A matéria apresentava a lista a seguir de "Favelas que irão desaparecer": Horto (Jardim Botânico); Indiana (Tijuca); CCPL (ocupação de galpão em Benfica); Metrô Mangueira (Maracanã); Vila Autódromo (Barra); Vila Taboinhas (Vargem Grande); Matinha (trecho de floresta atrás do CIEP Ayrton Senna, na Rocinha); favela do rio Piraquê (Guaratiba- a maior a ser reassentada – 1068 casas pelo Censo de 2000); Santa Anastácia – Jacarepaguá; Rio Morto – Barra. A mesma matéria se referia a RA- Barra concentrando a maior quantidade de casas a serem reassentadas, sendo 28

comunidades (2.215) condenadas a desaparecer. As RAs Guaratiba (7 favelas, 1290 remoções) e Bangú (944 remoções) seguiam-se a esta.

Anunciava-se a extinção para ainda este ano, da Favela Indiana, a Favela Serra do Sol (em ótimo terreno às margens da Av Brasil, supostamente inundável); o Sítio da Amizade, em Jacarepaguá, com cerca de 400 casas (dados atualizados, eram 10 em 2000); a favela Vila das Torres, onde será implantado o Parque de Madureira, além de oito que cresceram em ruas do Mercado São Sebastião, na Penha. Apontava ainda a remoção parcial das favelas: Tabajara (800 a 1000 domicílios); Pedacinho do Céu, no Morro do Turano, no Catumbi (300 famílias); Vila do Sossego (100 casas), Morro da Babilônia, no Leme; e 400 casas na beira do rio Jacaré; e nos entornos do rio Acari.

Pela lista apresentada, observa-se que nem todas enquadravam-se nos critérios declarados de situação de 'área de risco', sendo a maior parte destas localizadas em áreas de conflitos ambientais ou fundiários (como a CCPL), áreas de elevada valorização imobiliária e áreas situadas em locais estratégicos para os megaeventos programados, suspeitas quanto ao caráter verdadeiramente de 'risco' desta escolha.

Estes reassentamentos implicariam um custo de R\$ 244 milhões, destinados à indenizações, através dos programas: compra assistida (imóvel usado) e aluguel social (até aquisição pelo Minha casa, minha vida). Início: 73 casas no Morro do Fubá em Cascadura, onde as chuvas teriam causado a morte de uma família.

Na ocasião do anúncio, Eduardo Paes teria afirmado ser preciso "acabar com a demagogia" e que as remoções se estenderiam por todo o seu governo, finalizando com a significativa afirmação de que "Desmistifica-se, afinal, o termo "remoção" para o bem de todos os cariocas." em perigosa alusão de que, claramente opõe os 'favelados' aos interesses 'de todos os cariocas', como se 'favelados' e seus problemas, não fossem verdadeiramente cariocas.

A primeira medida prevista nesse sentido era a remoção de mais de 500 famílias moradoras no Morro dos Tabajaras, acima do Cemitério de São João Batista. Segundo declarações, os removidos seriam transferidos para parte das 50 mil casas que o governo pretendia construir pelo programa "Minha casa, minha vida" ou seus moradores poderiam comprar imóveis usados ou por indenizações, neste último caso, para retorno à terra natal – como explicou o Secretário de Habitação em entrevista ao Jornal O Globo.

Em abril de 2010 mesmo ano moradores da cidade do Rio de Janeiro foram vítimas de numerosos acidentes de deslizamento de encostas causados pelas intensas chuvas. As áreas de deslizamentos, curiosamente, não coincidiam com os locais previstos pelo pacote anterior, não obstante as razões de seleção das mesmas. Sob o impacto de comoção das mortes e desabrigos de famílias que perderam entes e casas e da propaganda negativa que provocaram dentro e fora do país, os governos municipal e estadual anunciaram várias medidas. A Prefeitura lançou um pacote de remoções, ampliando de três para oito o número de favelas recomendadas para remoção imediata no município, estimadas em 4.000 famílias, enquanto o governo estadual lançou o Plano Diretor de Remoção, prevendo a inversão de R\$ 1 bilhão para municípios comprometidos em retirar moradias de áreas de risco.

Compunham o mapa das remoções contidas neste pacote as seguintes favelas: Parque Colúmbia (Pavuna – margens do rio Acari); Morro do Urubú (Pilares); Pantanal e Cantinho do Céu (Turano); Morro dos Prazeres (Santa Teresa); Morro do Fogueteiro (Rio Comprido); São João Batista (Tabajaras/Botafogo); Laboriaux (Rocinha) (12/04/10).

Como mencionado, estas favelas não constavam da relação anterior, levando à dúvidas sobre os critérios de classificação como ‘área de risco’, sendo que em algumas destas, como o Laboriaux e o Morro dos Prazeres, os deslizamentos de terras foram atribuídos a obras governamentais inacabadas no contexto do programa Favela-bairro, que ademais contribuíram para o incentivo a suas ocupações.

Nos últimos dois anos, assistimos a número crescente de remoções na cidade. Estas não se resumem às moradias de população de baixa renda, mas estendem-se aos moradores de bairros consolidados, onde habita população de camadas médias. Neste momento, as remoções se distribuem por toda a cidade, mas ocorrem prioritariamente em bairros, locais e regiões que estão sendo preparados para acolher equipamentos e infra-estruturas voltadas à realização dos megaeventos ou ao longo das rodovias em implantação no momento, que cortam a cidade ligando os quatro pólos que estruturam a área de implantação: Barra da Tijuca, Zona Portuária, Maracanã e Deodoro. Trata-se das mega rodovias Transcarioca (via que vai ligar a Barra da Tijuca ao aeroporto internacional Tom Jobim), Transolímpica (ligará a Barra da Tijuca a Deodoro) e Transoeste (ligará a Barra da Tijuca à Santa-Cruz-Campo Grande, na Zona Oeste da cidade), que estão varrendo de seu caminho a população assentada. Como noticiou Nassif^{viii} “A secretaria municipal de Obras informou que os 39 quilômetros de extensão vão reduzir em mais de 60% o tempo gasto no trajeto, que terá ao todo 45 estações do BRT, ônibus que circulará em faixa exclusiva. (...)” No Largo do Campinho, onde se situa movimentado entroncamento viário, será construído um mergulhão para o corredor expresso.

A Transcarioca, por exemplo, implicará em desalojamentos na favela Largo do Campinho, em Madureira, zona norte do Rio, situada no seu caminho. Conforme informa Nassif, “existem também no local as do Fubá e Divino, cujo complexo fica atrás de dez prédios que o prefeito Eduardo Paes resolveu destombar para realizar o projeto. Os imóveis fazem parte do entorno do Forte Nossa Senhora da Glória do Campinho, uma das primeiras fortificações construída no século XIX para proteger a antiga Estrada Real de Santa Cruz.”

Apenas para citar alguns casos, uma das remoções mais numerosas é a Metrô-Mangueira situada na região do Maracanã, um dos pólos do quadrilátero olímpico, de onde serão retiradas 700 famílias, para dar lugar ao estacionamento projetado para servir aos Jogos. São várias as ocupações na Barra e no Recreio dos Bandeirantes sendo removidas: Vila Autódromo (3.000 famílias), Favelas da restinga, Vila Harmonia e Vila Recreio II (500 famílias). Na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, por sua vez, os moradores foram notificados recentemente a desocupar a área que ocupavam há 40 anos.

Apenas na Providência, situada na zona portuária, está prevista a relocação de 3.000 famílias, embora o Prefeito tenha afirmado que “um levantamento geotécnico feito no ano passado por técnicos do governo municipal mostra que 18.000 famílias residem em locais propensos a desastres naturais.” Pela mesma matéria, o Prefeito referia-se a 40 mil famílias morando em áreas de risco moderado e 50 mil em locais de poucas possibilidades de acidentes, na cidade. (O Globo, 16/01/2011) Na zona portuária, além da Providência, a rua do Livramento e Machado de Assis, serão 150 famílias. E daí por diante.

Aos removidos cabem as alternativas: ocupar uma moradia produzida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, no bairro distante da Zona Oeste, muitas destas em no conjunto situado na Vila Cosmos; aluguel social, até que seja providenciada nova moradia; ou, nos casos de muita sorte, transferência para conjuntos localizados no próprio bairro, como é o caso da parte das remoções da Providência.

A Relatoria dos Direitos Humanos à cidade da ONU realizou um amplo levantamento, com escuta à população de várias favelas ameaçadas por remoções, entre 18 e 20 de maio de

2011. Deste levantamento resultou o Relatório da Plataforma Dhesca^{ix}, onde encontram-se relacionadas as favelas acima mencionadas e muitas outras espalhadas pela cidade, no caminhos das rodovias referidas, onde se pode tomar conta do alto volume desta política na cidade neste momento.

Uma conta aproximada das remoções mencionadas no Relatório atinge a marca das 6.000 famílias, que aproximadamente totalizariam 24.000 pessoas, quantidade considerável de famílias obrigadas a se deslocar no território da cidade, para dar lugar à estruturas de longa permanência na cidade, mas que se justificam pela realização de eventos programados na cidade.

A participação da sociedade na gestão das políticas para as favelas:

Face ao açodamento nas decisões, não se pode falar de participação popular propriamente. As mega-estruturas que estão sendo projetadas, envolvendo elevados recursos a serem aplicados em tão pouco tempo, derivam na necessidade de inserção de vários órgãos governamentais, com destaque para as Secretarias Municipais de Habitação e Obras, diferentes quanto às finalidades setoriais tanto quanto aos entes federativos competentes. Esse ambiente de muitos ‘caciques’ têm gerado muitas incertezas e um relativo improviso nas ações, resolvido pelos compromissos inabaláveis junto às ‘autoridade olímpica’, onde tudo é filtrado e encontra uma razão de ser com suporte nos megaeventos. Parece claro que no quadro desenhado onde se inserem as ações, agentes externos – a população implicada - não são bem-vindos, ainda que os objetivos declarados incluam, sempre, a inscrição “participação popular” ou “gestão participativa”.

Na prática, o que se vê é o exemplificado na favela Metro-Mangueira: funcionários da Secretaria Municipal de Habitação percorrem ruelas desenhando sinais casa-a-casa sem que seus moradores tenham conhecimento do se significam. Ao serem questionados, os funcionários fornecem a resposta clássica, mas não menos verdadeira: “estou cumprindo ordens”. Pode-se imaginar o que estas inscrições geram na rotina de vida das pessoas que ali vivem, que se sentem ‘marcados’ para um indeterminado contra o qual nada podem fazer.

Busca sobre notícias recentes, dos dois últimos anos pela *internet*, permite uma idéia de como as populações atingidas por remoções estão protestando. São inúmeras as notícias de visitas de moradores aos órgãos públicos, de protestos-de-rua, marcados por moradores e lideranças dos movimentos, articulações junto aos tradicionais aliados, políticos de expressão (vereadores, deputados e outros), poder judiciário em busca da garantia de cumprimento dos direitos fundamentais conforme a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e outras leis e regulações.

Nesse vendaval de obras, decisões, ações, a população tem se organizado como pode: localmente, criando comissões de moradores para buscar maiores informações sobre o destino de sua moradia e vizinhança, e em movimentos mais gerais, como o *Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas*, criado no Rio de Janeiro em 2010 com o objetivo de monitorar as ações inseridas no ‘pacote megaeventos’ e aglutinar movimentos de oposição aos exageros

praticados em seu nome, protestos visando participação de decisões que ultrapasse os conflitos locais e seja capaz de questionar (ou protestar) contra os abusos praticados em nome dos megaeventos, que como se declara aos sete cantos da cidade, estaria sendo programado para beneficiar ‘a cidade’ e conseqüentemente seu povo.

O movimento tem assumido expressão nacional, tendo sido criada a *Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa*, reunindo lideranças das cidades cidades-sedes de megaeventos, em que os moradores estão sofrendo as conseqüências nefastas. Esta Articulação produziu o documento *Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos*, em que, segundo Vieira da Agência Brasil, são relatadas situações de desrespeito a “direitos nas áreas de moradia, trabalho, informação, participação e representação popular, meio ambiente, acesso a bens públicos, além de mobilidade”, a ser distribuído em órgãos municipais, estaduais, federais e em organismos internacionais. A matéria se refere ao horizonte total de 160 mil famílias a serem removidas em razão das obras geradas pelos megaeventos.

Não obstante, as remoções continuam, pois os projetos precisam ser viabilizados e ouvir os moradores gera ideossincrasias que atrasam processos, paralisam decisões e comprometem o cumprimento das metas, pondo em dúvida a competência técnica de seus realizadores.

Conclusões

O relato acima pretendeu focar as ações voltadas para as áreas faveladas neste momento. É preciso reconhecer que, desde o finado BNH, a cidade do Rio de Janeiro não vivenciava tantas ações simultâneas voltadas para as favelas da cidade, em que pesem a experiência do programas Favela-Bairro, que se alongou por anos a fio. Um dos diferenciais, agora, é o enorme volume de recursos disponibilizado para obras públicas, potencializando – para o bem e para o mal – as ações efetuadas.

Interessado em focalizar o clima de transformações urbanas especialmente os deslocamentos de população mais pobre de seus locais de moradia, resultante da realização de megaeventos na cidade, o texto omitiu a importante e positiva, mas polêmica implantação de Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs em favelas inseridas no chamado ‘cinturão olímpico’, quadrilátero estratégico para a realização dos Jogos. A omissão deveu-se os limites deste trabalho e à priorização pelo relato das remoções, embora rigorosamente, não se possa desvincular estes assuntos.

Esperamos que os relatos acima tenham demonstrado as hipóteses iniciais, a primeira das quais a de que os projetos já existiam, nem que seja na cabeça de empresários e governantes, e os megaeventos vieram para viabilizar.

Em, segundo lugar, a de que o assunto ‘favelas’ integra desde sempre na história de nossa cidade, as políticas públicas com vistas ao chamado ‘planejamento urbano’ e que a transferência da população pobre da cidade – que lamentavelmente, sempre representou a maioria da população urbana – para áreas ‘tão longe quanto possível, tão perto quanto

conveniente' sempre configurou como uma das metas, embora coberta por 'cortina de fumaça'. A remoção da população mais pobre da cidade, praticada desde a época de Pereira Passos, consistiu na mais clara utopia da nossa cultura do 'planejamento'.

Esta utopia assume diferentes vestimentas a cada momento político e, na atualidade, há várias importantes e objetivas razões para que se justifique. Como procurei mostrar, a alegação de 'área de risco', que quase sempre divergiu dos locais onde, de fato o risco transformou-se em tragédia, encobria esta meta, que no passado baseava-se em argumentos higienistas, moralistas e, mais recentemente 'de segurança' ou 'de proteção ambiental'. A preparação da cidade para a realização dos megaeventos atualizam estas metas, fornecendo razões argumentativas quase inquestionáveis e grande quantidade de recursos para efetivá-las.

Por último, cabe a observação de que estas metas, ainda que toquem em assuntos importantes para a cidade, como a política para as favelas, estão longe de se apresentar como o equacionamento conseqüente, a longo prazo e com a participação social requerida, que as populações moradores de favelas estão a requerer.

No que se refere ao Morar Carioca, a tentativa de condicionar os elevados recursos postos à disposição de intervenções em favelas, estabelecendo critérios que resultam do debate das experiências de intervenções que atravessa três décadas, como tentado pelo IAB, mostrou-se fracassada frente ao pragmatismo e à urgência que obrigam soluções casuísticas e pontuais.

Fica aqui a sugestão de ponto para a discussão: os limites éticos entre 'planejamento da cidade' e 'direitos humanos'.

Referências bibliográficas

BURGOS, Marcelo Bauman. (2006) *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: Alvito, Marcos & Zaluar, Alba (orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro: Ed. FGV,. 5ª ed. pág. 25-61.

CAVALCANTI, Mariana; OLIVEIRA, Luciana.; SÁ-CARVALHO, Carolina; VAZ, Paulo. *Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime*. Anais da COMPÓS, 2005.

Melo, Erick e Gaffney, Christopher. Mega-eventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos. 2011. Disponível para download no site Academia.com , na data de 10/03/2012.

Petersen, Lu. Das Remoções à célula urbana. Evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Cadernos da Comunicação. Rio de Janeiro: dezembro de 2003.

Silva, Maria Lais Pereira. Favelas cariocas, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Vainer, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: Arantes, Otilia; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000

Valladares, Licia do Prado. Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

Matérias da imprensa:

Bastos, Isabela e Schmidt, Selma. Prefeitura removerá 119 favelas. Pelo menos 12.196 imóveis construídos em áreas de risco serão demolidos até 2012.” , pág 13 - RIO^{xxi}

Morar Carioca - <http://www.youtube.com/watch?v=eBMrlEpk-Oc>, consulta em 10/03/2012

SMH – Morar Carioca: começam as obras nos morros da Coroa e São José Operário. 27/08/2010

_____. Morar Carioca vai melhorar infra-estrutura de todo o bairro do Leme. 07/02/2012, encontrado em <HTTP://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=2548124> , em 10/03/2012.

Correio Brasiliense. “Mais de 4 mil casas serão demolidas no Rio, diz Paes”. Agência Brasil.,

O Globo. 08/05/2008 pág 23 – RIO. CABRAL QUER COMBATER CRESCIMENTO DE FAVELAS: governo estadual pretende instalar até muros como eco-limites e monitorar expansão das comunidades via satélite.

_____. 02/09/2008 pág 09 – O PAÍS. CANDIDATOS PROMETEM FISCALIZAÇÃO E PLANO DE HABITAÇÃO PARA CONTER FAVELAS.

_____. 05/12/2009 pág 16- RIO. FAVELAS MENORES ATÉ 2012: Prefeitura pretende reduzir em 3,5% total da área ocupada por comunidades.

08/01/2010 - Favelas que irão desaparecer

_____. 12/04/2010 - 1ª pág. – Paes anuncia remoção imediata em 8 favelas.

Brasil, 11/04/2010

_____. 27/01/11. Segunda fase do Morar Carioca prioriza favelas perto de áreas olímpicas

_____. 06/09/2011. Nobre, Ana Luisa. Desafios da urbanização: Livro reúne projetos selecionados do Concurso Morara Carioca, para melhorias em favelas.

Notas de final de texto:

ⁱ Para tanto consultar Petersen (2003)

ⁱⁱ O que significa meia verdade, como mostram pesquisas sobre a história destas ocupações, boa parte envolveu o desembolso de dinheiro ou voto para a assegurar a permanência no local, ver Silva (2005)

ⁱⁱⁱ Morar Carioca - <http://www.youtube.com/watch?v=eBMrlEpk-Oc>, consulta em 10/03/2012

^{iv} Retirado da página da Secretaria Municipal de Habitação, na data de 10/03/2012, endereço:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?articulo-id=1451251>

^{vi} A pesquisa apurou que a cidade teria pelo menos 750 favelas cadastradas. Foram acrescentados, no total 250,3 mil m², o equivalente a mais de quatro vezes e meia a área ocupada pelo Morro Santa Marta, em Botafogo. O maior crescimento em área foi observado em três favelas na região de Jacarepaguá, Rio das Pedras, Comandantes Luis Souto (Praça Seca) e Muzema (Itanhangá), que ganharam 25.620, 5 m², 23.021,5 m² e 20.891,2 m² respectivamente. Já na Zona Sul, os aumentos de área mais importantes foram na Fazenda Catete, em Santa Tresa (ganhou 5.075,3 m²); no Morro de Santa Marta (4.843,7 m²); no Morro dos Cabritos, em Copacabana (3.248 m²) e na Unidos de Santa Teresa (Rio Comprido). Em percentuais, a Vila Imaculada Conceição, no Cosme Velho, chegou a dobrar de tamanho, (ganhou 3.057,9 m²).

^{vii} Segundo matéria d' O Globo, de 05/12/09, para este estudo "foram ouvidos: acadêmicos, investidores, empresários, representantes da sociedade civil organizada, formadores de opinião e realizadas pesquisas com grupos para definir o que a população espera do governo"

^{viii} Artigo veiculado no endereço a seguir, em consulta datada em 10/03/2012:

<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/os-protestos-contraremocoes-em-madureira>

^{ix} Trata-se da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, que pretende, entre outras tarefas, o monitoramento dos direitos humanos no Brasil. Ver site: www.dhescabrazil.org.br